



INOVAÇÃO SOCIAL

Sem Estado não pode haver inovação social

Alterações demográficas, educação de adultos, crises energéticas e sustentabilidade da Segurança Social exigem novas respostas sociais, mas não de “subsistência”

Ana Brito

Muitas organizações sociais tomadas hoje como certas, dos jardins-de-infância aos sindicatos, dos sistemas públicos de ensino aos movimentos ecologistas, são produtos de profundas transformações dos últimos dois séculos e, à data da sua concepção, exemplos de inovação social.

Com estes e outros exemplos noutras domínios (saúde, combate ao desperdício, envelhecimento activo, cultura e requalificação do emprego), a sociedade vai encontrando respostas de integração e coesão social. Mas nem sempre é consensual a ideia de que transforma para melhor e a quem cabe esse papel.

Em épocas de crise, em que há menos e piores respostas públicas às novas realidades e necessidades da sociedade, a inovação social é frequentemente associada ao sector da

economia social. “Não é exclusiva de nenhuma área e tanto acontece nas organizações da economia social, no sector público e nas empresas privadas”, defende Américo Carvalho Mendes, docente da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto. É quando consegue articular e atravessar todos os sectores que é realmente transformadora, pois “para haver verdadeira mudança, esta tem de ser transversal”. Ainda assim, o docente reconhece que “boa parte da inovação social acontece com o aparecimento das organizações da economia social”, que “são espaços privilegiados” para esta realidade.

Hoje, num contexto de crise económica, numa Europa onde existe um ambiente tendencialmente liberalizador, o discurso sobre inovação social surge não só encostado ao terceiro sector (economia social) como alinhado com a apologia da iniciativa privada e de uma sociedade civil mais activa e criativa. A

mensagem parece clara: se houver menos Estado, há mais espaço para o empreendedorismo e para inovar, em termos sociais também.

Para José Vieira da Silva, economista e deputado do PS, estes são “argumentos políticos de um discurso de centro-direita que usa conceitos como inovação e economia social como álibi para retirar o Estado da economia”. A fragilidade das respostas públicas “até pode fazer com que a sociedade civil se organize e crie associações com respostas inovadoras, mas a verdade é que mesmo estas são financiadas pelas autarquias, pelo que há sempre o casamento entre Estado e terceiro sector”. É esta “lógica de parceria múltipla”, onde também podem entrar as empresas privadas, “que é desejável, porque é a forma mais reprodutiva de utilizar recursos”, defende o ex-ministro.

“Que a sociedade civil seja mais proactiva, não é mau. Não pode é ser argumento para o Estado se retirar”, defende Ana Luísa Marti-

nho. A investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto lembra que, em épocas de crise, o terceiro sector é sempre chamado a intervir, porém, ao colocar-se toda a ênfase no empreendedorismo social, “diz-se que estamos satisfeitos com menos Estado”, quando na realidade é necessário “melhor articulação e mais parcerias”.

A redução do papel do Estado tem de ser discutida “em função de situações específicas e não com argumentos simplistas”, sublinha Américo Carvalho Mendes. No incentivo à inovação social “há Estado a menos” e as políticas “estão mal trabalhadas”. A começar pelo financiamento, “porque os processos de inovação social envolvem muito risco e incerteza e não geram logo recursos de autofinanciamento”. Numa fase seguinte, o Estado pode “ajudar o projecto a ganhar escala, através da legislação e das políticas de contratação pública, surgindo como comprador desses bens e serviços”.

António Bagão Félix acredita que o Estado, que deve ter “um papel supletivo e fazer bem aquilo que a sociedade não consegue”, pode dar um apoio selectivo a projectos, privilegiando as respostas mais inovadoras. Na maioria das vezes, há uma tendência para “gerir as situações por nivelamento”, não se atendendo às necessidades específicas de cada comunidade, indivíduo, ou família e mal gastando recursos. Lembra por isso a maior distribuição e proximidade das instituições locais, que podem evitar uma “repartição cega das respostas sociais”, e defende os apoios directos às pessoas e não às organizações, para que estas entrem numa lógica de competição, melhorando a qualidade dos serviços que prestam. O ex-governante define como “áreas-chave do processo de inovação social” as alterações demográficas, a solidão, a pobreza etária, a educação de adultos, a renovação urbana, os serviços de desenvolvimento local,





A alteração demográfica que se verifica em Portugal coloca problemas que precisam de respostas novas

Empreendedorismo social: é hora de aprender a trabalhar em rede

Ana Brito

Falar em inovação social é falar também em empreendedorismo social. Se entendermos a inovação social como o processo de mudança, o empreendedorismo pode ser visto como a ferramenta que a torna possível - a mudança acontece graças à acção de várias iniciativas de empreendedorismo social. Mas um empreendedor social não pode ser confundido com um empreendedor comum. A missão nunca é a mesma. "O empreendedor típico quer gerar lucro e apropriar-se desse resultado, mas o empreendedor social procura criar valor social e económico, para o reinvestir na sua actividade e gerar mais valor social, mas para isso também tem de procurar a sustentabilidade do modelo de negócio", explica Rita Megre, directora de formação e acompanhamento do Instituto de Empreendedorismo Social (IES).

O IES tem em curso o mapeamento dos projectos de empreendedorismo social em Portugal, o MIES, o primeiro do género no país, que inclui projectos que já estão assumidos como negócios sociais e outros que têm elevado potencial social. É que muitas vezes os empreendedores sociais não sabem que o são, ou que podem vir a sê-lo, refere. "Há pessoas que não sabiam que o seu era um negócio social, outras que pensavam que tinham de ter um emprego e fazer voluntariado nos tempos livres e que descobrem que afinal podem fazer disto a sua vida, ou mesmo organizações sociais que começam a reinventar-se e a adquirir um perfil empreendedor", explica. O certo é que "os números estão a crescer" e a expectativa do IES é que, até final de 2014, sejam identificadas cerca de 250 iniciativas de elevado potencial social.

Rita Megre acredita que o caminho passa por "criar um ecossistema de empreendedorismo social", em que exista uma rede cada vez maior de contactos, de partilha de conhecimento e informação, que promova o encontro entre empreendedores e potenciais investidores e que seja transversal a várias áreas de actua-



O voluntariado nos tempos livres pode levar a uma nova ocupação

ção. É que na maioria das vezes o que é mesmo difícil no empreendedorismo social é "juntar os pequenos com os grandes", ou seja, pôr em contacto quem tem as ideias, com quem tem a capacidade de assessorar tecnicamente, de financiar e dar escala aos projectos, sublinha a socióloga Helena Gata, directora da área nacional da ONG TESE - Associação para o Desenvolvimento Social, que desenvolveu o primeiro estudo sobre as necessidades sociais em Portugal. Ainda há muito traba-

Os negócios sociais procuram a sustentabilidade que lhes permita continuar a produzir impacto social

lho de sensibilização a fazer nesta área", porque em inovação social "o *small is beautiful* não funciona", diz a socióloga, notando que o Estado é um parceiro com capacidade para "enraizar e dar dimensão aos projectos".

"De há dois anos para cá, o terceiro sector tem estado a organizar-se e a mudar." Muitas instituições, mais dependentes do Estado, fecharam, e outras repensaram os seus modelos

de negócio, "pois estão mais conscientes de que é preciso passar de um paradigma assistencialista para um paradigma mais sustentável", percebem que "têm de ser mais criativas, desenvolvendo serviços alternativos que gerem receita adicional e permitam maior autonomia".

Ana Luísa Martinho, investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e uma das fundadoras da A3S - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector, destaca ainda que se nota "uma articulação muito grande de organizações de diferentes áreas" e uma nova forma de abordar as problemáticas: "Passa-se de uma gestão mais imediatista para uma gestão mais estratégica. Trabalham em rede, integrados em entidades mais amplas, como redes nacionais ou internacionais, e essa cooperação é crescente."

Nessa lógica, surgiu a ESLÍDER, uma rede de líderes de organizações do terceiro sector (integrada numa rede europeia) destinada a partilhar conhecimento e a criar um manual de governança para as instituições da economia social. "Queremos reunir as melhores práticas para ajudar estas organizações a serem mais profissionais, a aproveitarem os seus recursos da melhor maneira e a estarem prontas para inovar", explicou Carlos Azevedo, director-geral da União Distrital das IPSS do Porto e presidente da rede.

a infoexclusão, o auxílio aos jovens em idade escolar e a solidariedade inter-étnica, entre outras. "Tentar a melhor combinação possível entre recursos monetários e não monetários - como tempo, solidariedade e qualificações - deve ser a regra fundamental da economia social, sob pena de não ser sustentável", sublinha Bagão Félix.

Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, critica uma abordagem da inovação social que se restringe à procura de respostas para questões sociais novas quando na realidade se vive uma "harmonização social no retrocesso" e se transporta o conceito de inovação social "para noções de subsistência".

"O que está a acontecer com a destruição do Estado social é que se despojam as pessoas dos seus direitos de cidadania", defende o sociólogo. Num quadro em que

os indivíduos são colocados em situações de "carência extrema", a inovação não pode ser senão uma "inovação regressiva, construída a partir de bases sociais de desigualdade, injustiça e exclusão". Quando se permite que a sociedade "propositadamente empobreça e depois se arranja maneira de colmatar essas carências com instituições que fingem actuar sob a capa da inovação social", estão-se a matar as verdadeiras condições para inovar, porque "a inovação social que é precisa é a inerente à cidadania social, é a das pessoas portadoras de direitos e responsabilidades". O que é necessário é a inovação que enfrente os grandes bloqueios do mundo - como as crises energéticas e ambientais, o comércio internacional, as rupturas intergeracionais, as alterações demográficas ou a sustentabilidade da Segurança Social, entre outros - e não que venha para "servir políticas de austeridade", reprova o ex-sindicalista.



INOVAÇÃO SOCIAL

Na Casa dos Sabores cozinha-se o futuro de jovens mães

É uma instituição com história, mas em permanente reinvenção para que o negócio continue a criar valor e a fazer a diferença na vida de mães adolescentes e seus filhos

Reportagem Ana Brito

Os croquetes de carne são deliciosos (comprovação empírica), mas aqui “tudo tem muita saída; é o bacalhau com farinha, o pato com laranja, a batata palha, o bacalhau à Brás, o peru no Natal... É tudo bom!”. Jesus, a chefe de cozinha da Casa dos Sabores (CS), não tem mãos a medir. Passa pouco das 11h da manhã e aqui já se trabalha desde as 8h para entregar as encomendas do almoço. “A minha filha diz que a minha profissão é muito stressante!”, brinca a cozinheira.

Jesus já leva 38 anos de Casa de Santo António (CSA), a IPSS que criou a CS. Entrou quando a primeira filha nasceu, tinha então 19 anos, e só pensa sair “para a reforma”. Aqui aprendeu as lides da cozinha e aqui partilha os ensinamentos culinários e os ensinamentos da vida com as jovens utentes da casa que são chamadas a ajudar na cozinha. Mas Jesus não está sozinha, as restantes funcionárias são, na sua maioria, ex-utentes que acabaram ligadas profissionalmente à instituição.

Mafalda Simões Coelho, directora da IPSS que acolhe e apoia jovens mães adolescentes, conta que tudo começou por acaso, pouco depois de a CAS abrir portas, na década de 1930, quando se realizavam lanches para agradecer às senhoras que apoiavam a Casa. Na época havia um grupo de

voluntárias que ensinavam as utentes a fazerem doces, e reza a história que uma delas, “muito descaradamente, abriu a janela da cozinha e perguntou ‘quem quer comprar um pacote de bolachinhas?’”. Uma das senhoras achou graça e aquilo foi-se espalhando”, conta a directora. Estava criado um negócio. A pastelaria somaram-se as refeições e as encomendas foram crescendo. “Há coisa de 30 anos, construíram-nos um pavilhão maior para a cozinha”, mas essa estrutura precisava de obras de modernização para que a CS conseguisse ter maior capacidade de crescimento e “cumprir os normativos actuais”. Por isso, há cerca de três anos a instituição desenvolveu o projecto e procurou uma fonte de financiamento inovadora: a Bolsa de Valores Sociais (BVS), em que foi admitida com uma cotação de 165 mil euros. Conseguido o capital, a cozinha da CS converteu-se numa verdadeira cozinha industrial, de onde saem diariamente refeições para particulares, mas também serviços de *catering* para eventos de empresas como o Barclays, a EDP ou a José de Mello Saúde, de almoços para a administração, a *coffee-breaks*, festas ou *cocktails*. Além disso, a CS passou a estar dotada de uma loja física e *online* e serviços de entrega ao domicílio. “As encomendas não param de crescer, apesar da crise”, garante Mafalda Simões Coelho.

“Quando, há dez anos, disse que precisava de uma



Na CSA, as adolescentes aprendem a ser mães, estudam, colaboram nas actividades da casa e preparam-se para uma vida autónoma



FOTOS: TIAGO MACHADO

peessoa que fizesse trabalho de angariação, a reacção foi, 'Mafalda, nós quase não temos dinheiro para pagar as assistentes sociais, quanto mais', mas eu insisti porque sabia que ia ser uma mais-valia". E assim foi. A procura de fontes alternativas de financiamento é também o reflexo de uma instituição que procura ser proactiva e, cada vez mais, trabalhar em parceria com outras organizações. "No outro dia precisava de leite em pó e fiz telefonemas e alguém me ajudou, mas mesmo quando pensamos em feiras ou eventos, compensa sempre trabalhar em parceria, porque uns podem ser mais criativos e os outros terem mais mão-de-obra. Se houver entreaajuda, o resultado final é sempre melhor", afirma.

Tal como a cozinha, também a creche, que recebe as 16 crianças da casa e meninos de fora, foi reconvertida. Mas isso

não chega. A próxima meta é aproveitar uma sala que antes era um berçário para fazer uma "sala de semiautonomia", explica Mafalda Simões Coelho. "Apesar de elas andarem lá fora e estudarem lá fora, o mundo entre trabalho, casa e filhos é-lhes desconhecido, e eu gostava que, antes de saírem, passassem por ali, para saberem gerir o seu dinheiro, para saberem gerir uma casa." A receita da cozinha não chega para isso. "Não sei onde vou buscar financiamento, só tenho uma certeza, a de que vou ter de arranjar. E a ideia há-de surgir", remata.

Patrocínio: BIS-Banco de Inovação Social
Os artigos sobre inovação social foram feitos segundo os critérios editoriais do PÚBLICO.
O seu conteúdo é da inteira responsabilidade do jornal.



Sem Estado não pode haver inovação social

As alterações demográficas
procuram respostas sociais
inovadoras **p16/19**